



REAJUSTE

Benefícios para procuradores do Estado podem chegar a 60%

Página 2

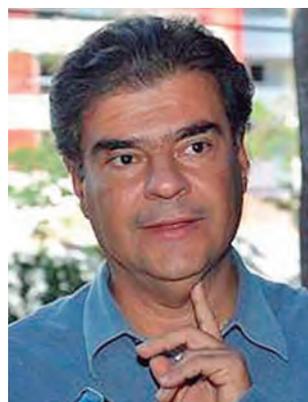
ENTREVISTA

Presidente do Sindsad fala sobre as conquistas e desafios da entidade

Página 5



Políticos que pretendem concorrer em 2018 estão na mira da Justiça



SINPOL - PÁG. 11

Justiça interdita celas da delegacia de Água Clara

REAJUSTE - PÁG. 11

Mediação entre PMs e Governo está marcada

HOMENAGEM - PÁGINA 9

Com Festa Pantaneira, ACP celebra o Dia do Professor 2017



SINDASP-MS - PÁGINA 10

Agentes Patrimoniais entregam reivindicações para o Governo

CLÍNICA DA FAMÍLIA - PÁGINA 3

Cassemis lança novo modelo de assistência à saúde para servidores

Grande parte dos políticos de Mato Grosso do Sul que pretendem concorrer ao Governo do Estado e Senado, cargos importantes do Executivo e Legislativo, está ou já esteve sob a mira da Justiça. **Páginas 6 e 7**

'PRECISA DE TUDO ISSO?' - PÁGINA 4

Contrato de publicidade do Governo de MS, que já está em R\$ 43 milhões, é prorrogado



Governo dá 2,94% a servidores, mas benefícios para procuradores do Estado podem chegar a 60%

O Conselho Superior da PGE (Procuradoria-Geral do Estado) publicou na quarta-feira (18) no Diário Oficial do Estado resolução que regulamenta os auxílios transporte, alimentação e saúde dos procuradores do Estado, em um limite inicial de 20% do salário do nível inicial da carreira. Porém, ao todo, a Lei autoriza que os valores possam chegar ao limite máximo de 60% do subsídio. Enquanto isso, o valor dado para os demais servidores públicos como reajuste foi de apenas 2,94%.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O texto é apenas a regulamentação da Lei Complementar Nº 238, de 5 de setembro de 2017, aprovada pelos deputados na Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) em setembro deste ano autorizando que os procuradores estaduais tenham até 60% dos auxílios como verba indenizatória.

De acordo com o Conselho, o auxílio-transporte corresponderá a 10% do valor do subsídio do nível inicial da carreira, “independentemente de comprovação, destinado ao custeio das despesas de locomoção no de-

Enquanto isso, o valor dado para os demais servidores públicos como reajuste foi de apenas 2,94%

sempenho da atividade pública”.

O auxílio-saúde será de 5% do valor do subsídio do nível inicial da carreira, destinado a custear as despesas não cobertas por plano de assistência médico-social e o auxílio-alimentação, inicialmente de 5%. Todos independentes de comprovação.

Os procuradores que estão cedidos para outro órgão ou entidade da Administração Pública, ressalvada a hipótese prevista no art. 84-A da Lei Complementar Estadual nº 95, de 2001 e em licença para atividade política e no desempenho de mandato eletivo não receberão os auxílios.

A Lei foi alterada para que a Procuradoria pague as verbas indenizatórias de saúde e transporte aos procuradores a partir do Fundo da Procuradoria, criado pela Lei Complementar Estadual nº 179, de 17 de dezembro de 2013. O auxílio-alimentação segue a ser pago pelo Tesouro Estadual, em valor referente ao repasse do Estado à PGE.



Sem veículos

Diretor de comunicação da APREMS (Associação dos Procuradores Estaduais de Mato Grosso do Sul), Nilton Kiyoshi Kurachi explicou que os procuradores já recebem a verba, que apenas foi regulamentada para que os limites fossem respeitados.

“Não há carros na Procuradoria à disposição dos procuradores para viagens e audiências, por exemplo. Se não me engano, são três carros para a Procuradoria, mas todos à disposição dos serviços administrativos”, afirmou.

A regulamentação é boa para o Estado por desonerar o governo de pagar as verbas indenizatórias, segundo o procurador. “Com isso, nós tiramos do governo a responsabilidade de pagar as verbas, usando o Fundo”. Na prática, o repasse à PGE

segue na mesma proporção e as verbas podem ser reajustadas com recursos do Fundo.

O regramento segue o que já é feito pelo TJMS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), MPE-MS (Ministério Público Estadual) e Defensoria do Estado, que usam o Fundo de Desenvolvimento do órgão para pagar as verbas indenizatórias.

“Inicialmente todos vão receber os valores mínimos estabelecidos na lei”, disse.

Atualmente, de acordo com dados do site da Transparência do governo estadual, foram pagos de janeiro até o presente momento na PGE R\$ 16.791,50 com auxílio-transporte, R\$ 900.658,36 com auxílio-alimentação e R\$ 31.607.206,97 com vencimentos.

A resolução já entrou em vigor, mas os valores serão pagos retroativamente a setembro, quando entrou em vigor a Lei Complementar 238, que estabelece os auxílios. Assina pela publicação Adalberto Neves Miranda, Procurador-Geral do Estado e Presidente do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado.

Clínica da Família: novo modelo de assistência à saúde destaca o médico generalista e o atendimento integrado

Messias Ferreira

II Oferecer um atendimento integrado com foco na prevenção de doenças e na promoção da saúde. Esse é o objetivo da Clínica da Família, inaugurada pela Cassems na noite da segunda-feira (16). A Clínica, que fica na Rua 25 de Dezembro, 1.231, tem como referencial oferecer um atendimento integral a toda a família, com pediatras, geriatras e clínicos gerais alinhados para criar uma estratégia para cada família. A unidade também oferece sala de inalação e posto de coleta para exames laboratoriais.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O clínico geral Odilon Coral é um dos profissionais que atenderão na nova unidade da Caixa dos Servidores e, para ele, quando o médico analisa todos os aspectos da família, o resultado do tratamento é melhor.

“A Clínica da Família veio para dar um suporte maior para os beneficiários da Cassems. Aqui, nós vamos conseguir tratar o paciente e a família dele como um todo, desde a criança até o mais idoso. Quando você engloba todos os aspectos biopsicossociais que toda a família tem, você consegue tratar o paciente melhor”, avalia Coral.



A nova unidade tem como referencial oferecer um atendimento integrado para toda a família

Além de alinhar o tratamento aos pacientes e suas famílias, a Clínica da Família também otimiza o tempo e os recursos. É nessa linha de pensamento que o presidente do Conselho Fiscal da Cassems, Lucilo Nobre, destaca a importância da nova unidade.

“Sem dúvida alguma, a Clínica é mais uma proposta assertiva e inovadora da Cassems, porque está otimizando tempo, espaço e recurso, uma vez que dentro da Clínica da Família o beneficiário

da Caixa dos Servidores vai ser encaminhado para um tratamento mais adequado”, pontua Nobre. A supervisora da Clínica da Família, Juliane Wengrat, salienta que “o beneficiário terá um atendimento diferenciado aqui, onde ele será acompanhado por um médico generalista e só será encaminhado para um especialista quando existir um diagnóstico definido”.

Para o vice-presidente da Cassems, Ademir Cerri, ao inaugurar mais uma

unidade de atendimento, a Caixa dos Servidores presta um enorme serviço não só aos seus beneficiários, mas também ao Estado.

“A inauguração da Clínica da Família é um presente para todos os beneficiários da Cassems, talvez seja um presente para a saúde de Mato Grosso do Sul. Porque ao mesmo tempo em que a Cassems assiste ao servidor público, também está prestando um serviço para toda a sociedade”, analisa Cerri.

Primeiro contato com o paciente

De acordo com o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, o principal objetivo da Clínica da Família é destacar a importância do médico generalista como porta de entrada do atendimento.

“A Clínica da Família vai oferecer um atendimento integral à saúde, mas o grande objetivo é retomar a importância do médico generalista como o primeiro contato do paciente e que vai cuidar desse paciente ao longo da sua vida. Esse profissional vai direcioná-lo, quando necessário, para um especialista. Mais de 70% dos problemas de saúde podem ser resolvidos pelo médico generalista. Esse conceito de atendimento contínuo garante também uma maior probabilidade de se realizar a prevenção e a promoção da saúde. Então, o nosso maior objetivo é cuidar da saúde antes que a doença apareça”, conta Ayache.

Ricardo Ayache explica ainda que esse modelo de assistência à saúde já é adotado em outros países e que, além de melhorar a qualidade



do atendimento aos beneficiários, também ajuda no uso racional dos recursos.

“Esse é um modelo já adotado em vários países do mundo e nós precisamos acreditar que é possível ter uma saúde mais integral, cuidando do corpo, da mente e da alma. Esse modelo também ajuda os nossos pacientes a buscarem uma referência melhor daquilo que eles precisam para cuidar da saúde e, num momento de doença, ter um melhor atendimento, com uma melhor qualidade e um acompanhamento de longo prazo que a presença do médico generalista nos proporcionará. Eu acredito nesse projeto como um novo modelo de assistência à saúde a ser adotado pela Cassems com certeza nos trará uma qualidade ainda maior, mas, principalmente, garantirá a sustentabilidade com o uso racional dos nossos recursos”, finaliza Ayache.

Contrato de publicidade, que já está em R\$ 43 milhões, é prorrogado pelo Governo de Mato Grosso do Sul

II O secretário de governo Eduardo Riedel concedeu, na segunda-feira (16), o sétimo Termo Aditivo sobre o contrato com 12 empresas do ramo de publicidade e propaganda. Elas são responsáveis pela comunicação e divulgação de informes relacionado a gestão do atual governador Reinaldo Azambuja, do PSDB. O aditivo dá mais seis meses de contrato às empresas na administração pública. Atualmente, o contrato está em R\$ 43 milhões. O valor é quatro vezes maior que o 'impacto' que o governador tucano disse que os cofres públicos teriam com o reajuste dos mais de 70 mil servidores públicos, com o índice de apenas 2,94%.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

As agências de publicidade e propaganda foram vencedoras de licitação feita pela Superintendência de Licitações, localizada na SAD (Secretaria de Administração e Desburocratização), em maio de 2015, quando o governo contratou até 12 empresas pelo valor de R\$ 35 milhões, durante o período de seis meses.

Em 2016, durante 12 de agosto a 12 de outubro, o então secretário da

O valor é quatro vezes maior que o 'impacto' que o governador tucano disse que os cofres públicos teriam com o reajuste dos mais de 70 mil servidores públicos, com o índice de apenas 2,94%.

Casa Civil Sérgio de Paula chegou a conceder o II Termo Aditivo, com o acréscimo de 25% sobre o contrato inicial feito com as agências. O valor chegaria ao mesmo montante de R\$ 43 milhões. Porém, ao final da vigência, a Casa Civil publicou no dia 9 de novembro de 2016, no Diário Oficial do Estado, o III Termo Aditivo às empresas.

Nele, havia a seguinte mensagem. 'Conforme disposição da Subcláusula Primeira do Termo Aditivo nº 02/2016 ao referido contrato, o valor anteriormente aditado decaiu com o encerramento da vigência em 12/10/2016, voltando ao valor inicial de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões), sendo o referido valor global, para cobrir as despesas com todas as agências contratadas no processo nº 49/000.041/2015'.

Diante disto, o prazo foi renovado por mais seis meses, a contar do dia 13 de outubro de 2016.

O IV Termo deu acréscimo de 25%, sobre os R\$ 35 milhões iniciais, passando para R\$ 43 milhões, até 12 de abril de 2017.

As empresas contempladas são: Agilitá Propaganda e Marketing Ltda; Comuniart Comunicação & Marketing Ltda.-EPP; Origem Comunicação e Marketing Ltda – EPP; Novo Engenho Comunicação Integrada Ltda; Let's Comunicação Inte-



grada Ltda ME; Materia Prima Comunicação Ltda ME.

No grupo, ainda há empresas que prestaram serviços ao Estado,

durante a gestão do ex-governador André Puccinelli, do PMDB e que permaneceram na atual gestão tucana, são elas: Ramal Propaganda Ltda.-ME; Art e Traço

Publicidade & Assessoria Ltda – EPP; Compet Marketing e Comunicação Ltda – EPP; Think Service Design Ltda; B & W Três Propaganda Ltda e Slogan Publicidade Ltda.

Prestação de serviços

II As empresas foram contratadas para prestar os seguintes serviços: executar um conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicida-

de aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral, interno (endomarketing) e externo.

Há ainda, atividades complementares como: serviços especializados pertinentes ao planeja-

mento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas; à produção e à execução técnica das peças e projetos

publicitários criados; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, redes sociais, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias no assessoramento e apoio no desenvolvimento e execução em ações de comunicação.

Presidente do Sindsad-MS fala sobre as conquistas e desafios frente à entidade

II A assistente social Lílian Fernandes foi reeleita a presidente do Sindsad (Sindicato dos Servidores Administrativos) e é a nossa entrevistada desta edição. Ela conduz a entidade desde julho de 2008 e completará, com a reeleição, mais de dez anos à frente do Sindicato.

O Sindsad representa os servidores da Setass (Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária), dos Ceinfs (Centros de Educação Infantil), Uneis (Unidades de Internação), Agiosul (Agência de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul), entre outros.

Servidor Público - Quando assumiu o sindicato pela primeira vez e como estava a situação dos filiados e do Sindsad no geral?

Lílian Fernandes - Assumi a presidência do SINDSAD-MS em 2008, com aproximadamente 400 filiados, o Sindicato não possuía estrutura de equipamentos, computadores, móveis, era tudo muito antigo, recebido de doações de filiados e instituições.

Apesar de ter uma base enorme de servidores administrativos estaduais, poucos conheciam o trabalho do sindicato. A partir da minha posse em 2008, começamos a trabalhar para institucionalizar e firmar o nome e a importância do sindicato entre os servidores públicos, as entidades sindicais e principalmente com o Governo, a fim de garantir a representatividade das categorias que faziam parte do quadro do Sindicato.

Hoje o SINDSAD-MS já possui sua sede administrativa própria, que está em reforma para entrega ainda esse ano, possui reconhecimento na sociedade sul mato-grossense, foi um trabalho difícil, mas muito gratificante.

Servidor Público - Hoje os servidores buscam mais o apoio do sindicato? Quantos filiados eram e quantos são atualmente?

Lílian Fernandes - Atualmente o Sindicato possui 1.149 servidores filiados. Os servidores buscam o apoio do sindicato para orientações e encaminhamentos relativos à questão funcional, como promoções, progressões, processos de aposentadoria. O Sindicato oferece assessoria jurídica, através de dois escritórios, para acompanhamento em sindicâncias, processos administrativos e judiciais.



Lílian Fernandes foi reeleita a presidente do Sindsad

Servidor Público - Como evoluiu a questão salarial no seu mandato? E a questão das carreiras dos servidores?

Lílian Fernandes - O sindicato representa nove carreiras, servidores ativos e inativos, a evolução salarial e a valorização dessas carreiras ocorreram de forma gradativa e contínua durante esses anos, tínhamos problemas gravíssimos de servidores cedidos para os Ceinfs do Município, problema de carga horária. Durante meu mandato, conseguimos implantar cinco Planos de Car-

reiras, ainda faltam quatro e ainda temos que revisar várias questões nas Carreiras. É um trabalho minucioso, onde apesar de representarmos todas essas carreiras, temos estudos das particularidades e especificidades de cada uma delas e trabalhamos as demandas das carreiras em separado.

Servidor Público - Como foi a negociação salarial em 2017 e como está sendo discutida a reforma da previdência junto aos filiados?

Lílian Fernandes - Estamos negociando as

demandas ainda no ano de 2017 com o Governo, no caso do SINDSAD-MS, trabalhamos pelas correções das distorções salariais existentes, e defendemos essa correção salarial por categoria, já que o reajuste geral no caso do Sindsad-MS, poderia gerar maior discrepância entre os salários.

Servidor Público - E o trabalho junto às Centrais Sindicais, está mais integrado?

específicas dos Servidores Públicos. Isso quer dizer que qualquer Sindicato que seja de Servidor Público pode estar filiado na CESP, vamos fazer nossa trincheira na defesa dos interesses dos servidores públicos, já que estamos sentindo o retrocesso que está sendo nos imposto a cada dia. A CESP está tendo uma ótima aceitação, já que vai atender especificamente os sindicatos de servidores públicos.

Servidor Público - Sobre a reeleição, ganhou com qual porcentagem de votos? Como encara o mesmo desafio, mas frente a novos problemas, como a crise econômica e rombo da previdência?

Lílian Fernandes - A eleição ocorreu no dia 10 de outubro e obtivemos 95% dos votos válidos, iremos retribuir esses votos e a confiança depositada na nossa Chapa, com muito trabalho e comprometimento, na defesa dos direitos e garantias das categorias representadas pelo sindicato. Sobre a reforma da Previdência o sindicato continua se posicionando totalmente contra, e participando de todas as atividades contra mais esses retrocesso que querem impor aos traba-

Maioria: Políticos que pretendem concorrer

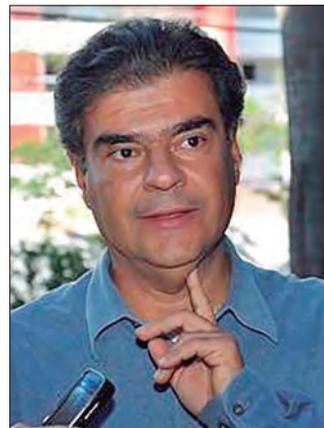
II Grande parte dos políticos de Mato Grosso do Sul que pretendem concorrer ao Governo do Estado e Senado, cargos importantes do Executivo e Legislativo, está ou já esteve sob a mira da Justiça.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Nomes como o próprio atual governador Reinaldo Azambuja (PSDB), o ex-governador André Puccinelli (PMDB), a vice-governadora Rose Modesto (PSDB) e os atuais deputados federais Zeca do PT e Luiz Henrique Mandetta. Engrossam a lista ex-dirigentes que já sinalizaram querer voltar ao poder,

como o ex-prefeito de Campo Grande Nelsinho Trad.

Há também os políticos que, devido aos recentes escândalos, sumiram das vistas, como Edson Giroto, Delcídio Amaral e Gilmar Olarte. Ary Rigo, que resolveu sair do casulo após anos sem ser visto, bastou aparecer no velório do ex-governador Pedro Pedrossian que foi preso, envolvido no escândalo de corrupção no Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul), sob suspeita de ser um dos donos das grandes empresas de tecnologia que abocanham contratos milionários com o governo estadual.



Suspeita de corrupção



O que os dois últimos governadores e o atual têm em comum para a disputa eleitoral de 2018 é que nenhum deles vai poder usar o maior escândalo

dos últimos tempos em termos de corrupção nas campanhas eleitorais, já que todos foram citados nas delações da JBS ao Ministério Público Federal.

Os petistas

Depois de governar o Estado por oito anos, o partido entre 2012 e 2016, tinha 14 prefeitos e perdeu oito destas lideranças para outras legendas, em função da crise nacional, envolvendo a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que foi cassada, além das denúncias na Operação Lava Jato, contra o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e outros parlamentares da legenda.

Em Mato Grosso do Sul, Delcídio do Amaral teve o mandato cassado no ano passado, sob acusação de



tentar dificultar as investigações da Operação Lava Jato. Já Zeca foi condenado pelo TJ-MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), por improbidade



administrativa, o que pode impedir sua participação em 2018.

O deputado federal Vander Loubet (PT), que já foi

candidato a prefeito por duas vezes, se tornou réu em ação penal, da Operação Lava Jato, suspeito de receber dinheiro desviado da BR Distribuidora.

er em MS em 2018 estão na mira da Justiça

O italiano e os peemedebistas

Contratos de publicidade, suspeitas de obras superfaturadas, repasses supostamente indevidos da JBS e a Lama Asfáltica, que até resultou no uso de uma tornozeleira. Nada disso impede que o peemedebista italiano André Puccinelli ainda saia candidato em 2018.

Após os oito anos de mandato de Puccinelli, um período conturbado se instalou no PMDB. Primeiro, com a Operação Lama Asfáltica, deflagrada já em 2015, que apontou o então braço direito de André, Edson Giroto, como um dos operadores de propina do governo estadual.

Não demorou muito e em 2016, já na quarta fase da operação, a Polícia Federal o deteve com uma tornozeleira, sob suspeita de prejuízo de R\$ 150 milhões aos cofres públicos por fraudes de licitações e lavagem de dinheiro.

Na segunda etapa da operação, batizada de Fazendas da Lama e realizada em 10 de maio de 2016, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão no apartamento de Puccinelli, em Campo Grande. A motivação foi a compra dos livros didáticos e o financiamento da MS-430 pelo BNDES



(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A Gráfica Alvorada foi apontada como fonte de pagamento de propina e elo entre o ex-governador e um esquema de desvio de dinheiro público. A operação Lama Asfáltica aponta desvio de R\$ 44 milhões em recurso público e que foi formada uma rede de “laranjas”, composta por familiares e terceiros, para lavagem do dinheiro de origem ilícita. Os valores foram transformados principalmente em fazendas, que totalizam 67 mil hectares espalhados por Mato Grosso do Sul.

Em meio à Operação, a Coffee Brak também apontou o ex-governador como articulador do processo de cassação que tirou o ex-prefeito de Campo

Grande Alcides Bernal do cargo. A investigação apontou que houve compra de vereadores e negociação de secretarias. João Amorim, empreiteiro dono na Proteco Construções, lutava para que a prefeitura voltasse a efetuar os pagamentos da Solurb, comandada pelo genro, Luciano Dolzan, que foram reduzidos e até suspensos pelo progressista.

Para o Gaeco, houve uma operação criminosa para afastar Bernal do cargo. Ele retornou para a Prefeitura graças a liminar do Tribunal de Justiça, que acabou avalizando a investigação ao determinar a prisão de Olarte e condução coercitiva de vários vereadores.

Apesar das investigações andarem a passos lentos, Puccinelli já não tem a força política de antes.

O tucano

Inabalável após da campanha eleitoral e vendo o nome de Puccinelli decair após os escândalos da Lama Asfáltica e Coffee Break, Reinaldo Azambuja (PSDB) também não escapou de ver seu nome envolvido no maior escândalo nacional: a delação da JBS, fruto dos trabalhos da Operação Lava Jato.

Os irmãos Joesley e Wesley Batista revelaram, na delação premiada, que o enorme esquema de corrupção do qual participavam começou em Mato Grosso do Sul. Eles entregaram ao Ministério Público Federal (MPF) uma lista de nomes e notas fiscais de compras que seriam simulações para esconder o pagamento de propina a políticos do Estado, a partir da falsa venda de gado.

O empresário também contou aos procuradores que a JBS deu dinheiro em doações oficiais e no caixa dois para Reinaldo Azambuja e Delcídio do Amaral, que disputaram o segundo turno das eleições para o governo de Mato Grosso do Sul em 2014.

“O Joesley negociou com o Delcídio e com Reinaldo que se o Reinaldo ganhasse, um ia pagar a conta do outro. Ele [Delcídio] recebeu um valor relevante,



R\$ 12 milhões, tem várias notas frias, dinheiro em espécie. E como ele não foi eleito e foi o Reinaldo, o Joesley falou: ‘ó, a conta do Delcídio é sua’”, afirmou Wesley em outro trecho da delação.

Wesley Batista disse aos procuradores do Ministério Público Federal que essas vendas eram inventadas para justificar a saída do dinheiro do caixa da JBS. Segundo Wesley, o dinheiro virava propina para os secretários e para o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), em troca de redução de impostos estaduais.

“Esses pagamentos aqui, que são os mais recentes, R\$ 12.900.000 para empresa Buriti, e todos esses aqui, que são pessoas físicas, são produtores que emitiram notas fiscais contra nós”, disse Wesley na delação.

Um desses produtores é o atual secretário de Fazenda

de Mato Grosso do Sul, Márcio Monteiro. Ele é pecuarista e em dezembro de 2016 vendeu 140 cabeças de gado à JBS, por R\$ 333 mil. Os caminhões deveriam ter levado os animais da fazenda dele, em Jardim, até Campo Grande, entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2016, mas, nunca foram entregues, nem nesse período, nem depois.

Wesley Batista disse que o Buriti foi usado pelo atual governador, Reinaldo Azambuja, para lavar dinheiro de propina. Um dos executivos do grupo, Valdir Boni, era o responsável por buscar as notas fiscais e fazer os pagamentos.

“Ou o próprio governador tratava comigo, ele próprio. O Boni ia lá no Palácio do Governo, em Campo Grande. Essas notas o Boni pegou em mãos com o governador, essas notas fiscais e processou o pagamento”, disse Wesley na delação.

Agressão não!

A ACP – Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública se manifesta publicamente, repudiando toda forma de agressão. Lamentavelmente, no dia 19 de outubro, a Câmara Municipal de Vereadores foi mais uma vez palco para covardes externarem seu ódio em forma de violência.

Violência que inicia quando parlamentares usam de seu mandato para propor leis, na tentativa de silenciar, amedrontar professores, impondo-lhes restrições para desenvolverem seu trabalho. Como se os educadores não fossem capazes de discernir qual seu papel no processo de construção do conhecimento em nossas escolas.

A mesma violência materializou-se durante a audiência pública, na quinta-feira passada, quando professores manifestavam-se contra o Projeto de Lei Estadual nº 191/2017, que visa instituir o programa “Escola sem Partido” – tema que já foi amplamente discutido e superado por educadores e sociedade, nas conferências que resultaram no PNE (Plano Nacional de Educação). Enquanto os professores estavam na Casa de Leis resistindo a mais uma investida contra seu ofício, um senhor, coronel do Exército Brasileiro, bradava palavrões contra os professores, esbravejando, ao lado de incautos senhores, senhoras e jovens, por respeito à família, como se os educadores deste País fossem a grande ameaça ao bem da nação e da família brasileira quem estudou história sem a mordida da “Escola sem Partido” deve saber o resultado de discursos idênticos a esse, lá pelos idos de 1964.

A jornalista Laiana Horing Nantes, assessora de comunicação da ACP, estava trabalhando na cobertura do ato. Diante do homem visivelmente alterado, ela direciona sua câmera para registrar a cena, quando é atacada verbal e fisicamente pelo mesmo. Palavrões impropriedades e um tapa seguido de um empurrão são os melhores argumentos que o militar foi capaz de usar para tentar impedir que a jornalista cumprisse seu trabalho, numa evidente atitude machista e misógina, corroborada ainda por expressões de outros manifestantes que mandavam Laiana “ir lavar roupa”.

Além de condenar atos de violência, é fundamental questionar quais os reais interesses que estão por trás dessas propostas retrógradas. Que lógica é essa? A começar por um projeto intitulado “Escola sem Partido”, mas que é proposto por agentes políticos, partidários, detentores de mandatos parlamentares. O professor não pode apresentar seu conteúdo promovendo a contextualiza-

ção e o debate sobre política, sexualidade, gênero, religião? A escola não pode ser o espaço para o encontro com a diferença? Mas, agredir mulheres pode? Incitar o machismo, o racismo, a lgbtobia pode? Condescendência com a cultura do estupro e o feminicídio pode? Professores (as) contextualizarem o dia 8 de março, relatando a história do movimento feminista, jamais!

TRISTE REALIDADE

As providências para responsabilizar o agressor já foram tomadas, mas esse pensamento não pode seguir, sob pena de vermos, em breve, professores (as) saírem algemados de suas salas de aula por fazerem seu trabalho, livros serem queimados por conter alto teor histórico, censuras serem aplicadas às artes – neste caso, já estamos vendo.

A ACP seguirá na luta em defesa dos professores e do pleno exercício do magistério, bem como da liberdade aos profissionais da imprensa. A violência e a intolerância não vão nos calar! Nossa luta não para!

Reprodução, Vídeo



Se você tem o aplicativo QR Code instalado em seu celular pode conferir o vídeo da agressão no código acima



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952

Com Festa Pantaneira, ACP celebra o Dia do Professor 2017

II Um dia para celebrar a profissão e reencontrar os amigos. Com essa marca registrada, a Festa do Dia do Professor foi mais um grande sucesso, neste dia 15 de outubro. Mais de 1.500 profissionais da educação filiados à ACP festejaram no Clube de Campo da entidade.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A Festa Pantaneira do Professor homenageou os professores e os 40 anos do estado de Mato Grosso do Sul, levando para o clube de campo a cultura pantaneira e dos povos de fronteira. Já na abertura do evento, os professores e professoras foram recebidos ao som do berrante - tradicional nas comitivas que cruzam o Pantanal – e a música paraguaia ecoada da harpa e violão.

“Eu fiquei emocionada quando ouvi o som do berrante. Que coisa linda! A festa é sempre muito gostosa, mas esse ano eu me arrepiei com tanto capricho”, elogiou a professora aposentada Rosaura Ferreira.

A organização da festa planejou todos os detalhes para fazer com que os professores sentissem a importância e o valor do seu trabalho para a ACP e toda a sociedade. “Essa festa não é definida de um dia para o outro. Ela tem sido planejada há meses pela direto-



ria da ACP. Desejamos que vocês tenham um excelente dia, com muita alegria e celebração da nossa profissão. Parabéns queridos colegas professores”, cumprimentou a vice-presidente da ACP, professora Zélia dos Santos Aguiar.

Luta dos Professores
O presidente do sindicato, Lucílio Souza Nobre, lembrou a história de lutas dos professores de Campo Grande. “A diretoria da ACP quer parabenizar todos os profissionais da educação por seu trabalho

realizado em favor da sociedade. Também destacamos a garra e a força dos educadores de Campo Grande na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Estamos vivendo dias difíceis, de graves ataques aos trabalhadores, e o papel



que os professores de Campo Grande vêm desempenhando nesses 65 anos de história é fundamental para resistirmos, porque se conquistamos algum avanço nas condições de trabalho, no salário, na qualidade da educação foi com muita luta dos que nos antecederam. É por isso que a nossa luta não para. Viva a ACP! Viva os professores!”, exaltou Nobre.

Autoridades
Além dos professores, a festa também foi prestigiada por autoridades municipais e estaduais. Estiveram no clube de campo da ACP o prefeito Municipal Marcos Trad,

a vice-governadora, Rose Modesto, a secretária municipal de Educação, Ilza Mateus, a secretária adjunta municipal de Educação, Elza Fernandes, o vereador Valdir Gomes e o presidente da Cassems, Ricardo Ayache. O presidente da Fetems, Jaime Teixeira, também esteve entre os colegas celebrando o Dia do Professor.

Em 2017, o sindicato adotou como lema de campanha em homenagem ao Dia do Professor o slogan “Nossas lutas, nossas conquistas, nossa história”, destacando o protagonismo nos professores ao longo dos 65 anos de lutas da ACP.

Agentes Patrimoniais entregam reivindicação ao Governo

II A diretora do Sindasp-MS (Sindicato dos Agentes de Segurança Patrimonial Públicos de Mato Grosso do Sul), se reuniu na segunda-feira (16), na SAD (Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização), com o secretário de Administração Carlos Alberto de Assis, para entregar a pauta de reivindicação da categoria.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

De acordo com o presidente do Sindasp, Geraldo Celestino de Carvalho, o Governo ouviu



Geraldo Celestino apresentou as reivindicações da categoria

as reivindicações e em 15 dias, se comprometeu a apresentar um cronograma para atender as solicitações a curto, médio e longo prazo.



Carlos Alberto de Assis se comprometeu a dar uma resposta aos servidores em 15 dias

Reivindicações

TABELA PRÓPRIA COM INCORPORAÇÃO DO ABONO:

Criar tabela específica para a Segurança Patrimonial de terceira, segunda e primeira categoria e automaticamente fazer a incorporação do abono para corrigir as distorções existentes.

RETORNO DO ATENDIMENTO 24 HORAS EM TODOS OS POSTOS:

Que as escalas de serviço sejam feitas com o atendimento de 24 horas em todos os postos de serviço do Estado de MS, nos finais de semana, feriados e pontos facultativos.

AUMENTO DAS VAGAS PARA PRIMEIRA CATEGORIA:

Destravar as vagas de primeira categoria existe hoje, a lei determina um percentual de 20% da categoria e estamos buscando que esse percentual seja aumentado, dando oportunidade de promoção a um maior número de servidores.

CONCURSO PARA PREENCHER AS VAGAS DE ACORDO COM A LEI 3.093/2005, DE 995 SERVIDORES:

A Lei 3.093/2005, determina um contingente de servidores de 995, hoje estamos com esse número bem abaixo, isso traz dificuldade no atendimento aos postos de trabalho, essa demanda é por abertura de concurso público urgente.

ESTATUTO OU RESOLUÇÃO PARA SEGURANÇA PATRIMONIAL:

Solicitamos da SAD-MS um estatuto ou resolução regulamentando férias parceladas, cedência do plantão ao Agente de folga e possibilidade de pagamento em espécie para outro servidor de folga tirar o plantão da escala, visando oportunizar ao servidor se ausentar do serviço sem faltas ou atestados médico.

MELHOR ESTRUTURA DE TRABALHO:

Melhorar as condições de trabalho nos postos atendido pela Segurança Patrimonial.

Melhorar as condições de trabalho e veículos para rondas dos Supervisores da Segurança Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Avaliação PGDI ou da lei 3.093/2005, qual servirá para a próxima promoção, Cursos para próxima Avaliação de Desempenho só da Escola de Governo ou particular.

Curso de capacitação profissional onde todos poderão ter acesso, visando o aperfeiçoamento do trabalho da categoria.

“SALÁRIO DEFASADO!”: Justiça marca nova sessão de mediação entre PMs e Governo

II O núcleo permanente de métodos consensuais e solução de conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (NUPEMEC) marcou para o próximo dia 27 de outubro, às 14h, a segunda audiência de Mediação entre os Policiais e Bombeiros Militares representados pela ABSMS, AOFMS e ASPRAMS e o Governo de Mato Grosso do Sul para discussão da situação salarial da categoria.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A primeira audiência de pré-mediação aconteceu no dia 25 de Agosto deste ano, oportunidade na qual além das discussões sobre as regras do processo, foi solicitado que o próprio Governador

Reinaldo Azambuja fosse chamado a vir à mesa para participar da mediação propriamente dita.

O processo de mediação instaurado pelo TJMS se baseia na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo 654.432, diz que: “É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria”.

Para a Diretoria da ABSMS, esta talvez seja a última oportunidade que o Senhor Governador do Estado Reinaldo Azambuja tenha para corrigir

as distorções salariais dos policiais e bombeiros militares e demonstrar que realmente as suas promessas de campanha em valorizar os Policiais e Bombeiros Militares não foram da boca para fora, já que o índice geral concedido de 2,94% fora da data-base de maio está muito aquém das perdas inflacionárias que chegaram à casa de 21% nos últimos três anos desde o início de seu governo, na qual é considerado como “ridículo” pela categoria.

POR QUE A ÚLTIMA OPORTUNIDADE?

Em Abril/17, após aprovação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o governo inseriu ao texto constitucional estadual o regime de limitação de gastos por 10 anos.

Temos ainda a Lei 4.974 onde também, por aprovação da Assembleia Legislativa, ficou autorizada a formalização de aditivo ao contrato de refinanciamento de dívidas com a União onde, como contrapartida, o Estado deverá se limitar por dois exercícios subsequentes.

Nós, Policiais e Bombeiros Militares de MS, estamos esperançosos que o nosso Governador compareça à Audiência de Conciliação, promovida pelo Poder Judiciário, demonstrando assim um comportamento diferente do que tem oferecido à categoria nos últimos anos, ou seja, “desprezo”!

Tudo isso se contextualiza ainda em um momento em que ele próprio, o Governador, noticia um

“provável” aumento na alíquota previdenciária para o Funcionalismo, o que complicaria ainda mais a situação salarial, de anos sem a aplicação da devida reposição inflacionária constitucional.

Assim, gostaríamos de ter a mesma atenção disponibilizada, para publicidade, por exemplo, pois as propagandas mostram um Estado próspero, enquanto para nós homens e mulheres da segurança pública nos é apresentado um Estado caótico com “Gastos no limite prudencial!”. Mas por que então tantos aditivos financeiros para as verbas publicitárias? Por que tantas isenções fiscais, que são inclusive fruto de investigação criminal e manchetes nas mídias nacional e Estadual?

Por dever, honra e respeito ao povo sul-matogrossense, nós policiais e bombeiros militares de MS continuamos a desempenhar os nossos atributos constitucionais diuturnamente, salvando vidas e patrulhando as ruas, mas não estamos contentes, estamos desmotivados com tamanha desvalorização e desdém salarial com nossas famílias e não ficaremos calados.

Por fim, esperamos a presença do ilustríssimo Senhor Governador Reinaldo Azambuja, no próximo dia 27 de Outubro, no TJMS, para que finalmente a justiça salarial seja feita com a devida negociação da legal e constitucional Reposição Inflacionária com a categoria.

Justiça determina interdição de celas da delegacia de Água Clara

II O Juiz de Direito em substituição legal, Idail De Toni Filho, deferiu pela interdição imediata da carceragem da delegacia de Água Clara.

A decisão foi publicada no dia 10 de outubro e foi impetrada pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul, atendendo à solicitação

do Sinpol-MS. De acordo com a sentença, os presos devem ser removidos no prazo de até 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 1.500,00.

O presidente do sindicato, Giancarlo Miranda, alerta que a Ação Civil Pública solicita que o local seja interditado até que as irregularidades

sejam sanadas, porém o sindicato pleiteará que não haja mais custódia de presos na unidade. “Nossa luta é pelo fim da custódia de presos em delegacias e não vamos desistir deste objetivo”, enfatizou. Somente no ano de 2017, foram registradas três tentativas de fugas na delegacia de Água Clara.



Fim da custódia de presos em delegacias é uma antiga reivindicação do Sinpol-MS

vote Chapa 1

Gestão
**COMPROMISSO,
 UNIÃO E LUTA**

Eleição 2017
 1º de novembro

A Luta Continua!

 LEONARDO LACERDA Presidente	 EDISON LANGE JUNIOR Tesoureiro	 ADRIANA CAPURRO Secretária de Imprensa e Divulgação
 FABIANO REIS Vice-presidente	 MÁRCIA LIMA Tesoureira-adjunta	 FLÁVIO LOPES Secretário de Assuntos Jurídicos
 MARIA DE LOURDES Secretária Geral	 NÍVIA MARQUES Secretária de Política Sindical	 MARIA APARECIDA CALARGE Secretária de Apoio a Inativos

SINDIJUS

A LUTA CONTINUA COM O COMPROMISSO DA GESTÃO E UNIÃO DE TODOS!

CHAPA 1

Compromisso, União e Luta

PROPOSTAS

Há muito tempo o SINDIJUS-MS não avançou tanto como nos últimos três anos. Por isso, a Chapa 1 COMPROMISSO, UNIÃO E LUTA quer prosseguir na luta por melhorias aos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Como propostas iniciais, além daquelas que a categoria vier a aprovar nas Assembleias/Reuniões, apresentamos:

1) Priorizar totalmente a mobilização e LUTA, diante deste momento de crise em que diversas forças, principalmente o Tribunal, vêm impondo prejuízos aos servidores ao passo que mantêm regalias inaceitáveis, sendo o confrontamento direto, inteligente e estratégico o único meio viável diante do esgotamento de negociações.

2) Foco nas DECISÕES COLETIVAS da Direção-geral, retirando a concentração de poder em cargos específicos da diretoria, como a presidência e tesouraria, que deverá atuar estritamente nas diretrizes e determinações da direção-geral, conforme previsto em Estatuto;

3) Mais encaminhamentos ao Conselho Geral de Representantes, viabilizando a PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA na Administração do Sindicato;

4) Promover ENCONTROS com os membros das Delegacias Sindicais especificamente para debates sobre métodos de obtenção de filiações, com trocas de experiências positivas ao redor do Estado. Ouvir sugestões e críticas em relação à administração do Sindicato. Demonstrar a importância da realização de assembleias locais com elaboração de atas para garantir a plena participação da base. Estudo do Estatuto para fiel cumprimento, tirando dúvidas contábeis para prestações de contas, dentre outros temas que acabam não sendo abordados nas reuniões regulares;

5) CAMPANHA DE FILIAÇÃO com contato efetivo da direção do Sindicato junto aos novos servidores, com pesquisa junto aos "ex-filiados" para identificar o motivo de sua desfiliação, trazendo soluções concretas para seu retorno ao SINDIJUS-MS;

6) Manutenção e melhoria de INOVAÇÕES trazidas pela última gestão do SINDIJUS-MS como alto nível técnico nas negociações e pronunciamentos em geral, visitas dos diretores nos Fóruns capital, que até então eram esporádicas limitando-se a CINCO minutos antes de paralisações ou eleições, constante conservação do patrimônio do Sindicato (pinturas, limpeza, renovação de equipamentos antigos), moderna e competente assessoria jurídica, expansão dos canais de contato entre filiado-sindicato, como Whatsapp, Facebook, e-mail, etc;

7) PARCERIA com a delegacia sindical de Campo Grande na mobilização dos servidores, diante da baixa participação nas lutas, fato que deve mudar e tende a progredir imensamente com a nova gestão local que assumirá a delegacia da capital com dívidas quitadas, considerável superávit mensal, detendo seus membros experiência, competência e boa vontade.

8) Atenção especial aos filiados e delegacias do interior com visitas pessoais dos diretores visando mobilização, busca por soluções de problemas regionais, atendendo aos INTERESSES LOCAIS.

9) Valorização concreta dos APOSENTADOS por meio de eventos específicos, encaminhamento de pedidos da classe, sendo o principal a paridade da assistência médico-social com o auxílio-alimentação;

10) Buscar maior racionamento e EFICIÊNCIA DOS GASTOS, mas sem retirar nenhum dos serviços atualmente disponibilizados aos filiados; Implementar a expansão do hotel de trânsito situado na capital;

10) Substituir gradativamente os informativos impressos (sempre os mantendo aos aposentados) passando a utilizar BOLETINS ELETRÔNICOS a quem disponibilizar e-mails privados, além de formação de cadastro de lista para envio de divulgação de notícias diretamente nos celulares dos servidores interessados, mediante autorização prévia, via SMS/Whatsapp.

11) Continuar o trabalho intenso em prol das diversas CLASSES ESPECÍFICAS de servidores, objetivando a unificação total da categoria após a solução dos problemas pontuais dos cargos. Assim, dar prioridade a reuniões das classes, pedidos perante o TJ e demais órgãos correlatos, e tudo o que tiver ao alcance do Sindicato com relação aos oficiais de justiça (executores de mandado), aposentados, técnicos de nível superior do setor psicossocial, detentores de funções como distribuidores, secretários, assessores de juiz/assistentes de gabinete, chefes de cartório (em parceria com a Assesul), etc.

12) Incansável trabalho visando a solução definitiva para o DESVIO DE FUNÇÃO (Agentes de Serviços Gerais, Auxiliares Judiciários, Artífices de Serviços Diversos), que pouco avançou por ausência de interesse da Administração do TJ, se limitando a concessão de adicional de baixo valor e à poucos servidores, e à redução da carga horária diária dos correspondentes adicionais de atividade especial.

13) Apoiar e cobrar a FENAJUD quanto aos TEMAS NACIONAIS com reflexo direto na vida dos servidores como: Reforma da Previdência (incluindo defesa ao direito à paridade), Resoluções do CNJ, PEC 59 (antiga PEC 190) – Unificação da carreiras do Judiciário, Ação Direta de Inconstitucionalidade buscando o fim da proibição da advocacia por servidores bacharéis em direito, Retirada ou impedimento de regalias/peduralhos a magistrados, troca de informações sobre problemas idênticos que ocorrem em todos os Tribunais, além de formação de frente especial para assuntos específicos como oficiais de justiça (porte de arma, etc) e combate/solução do desvio de função, etc.

14) Promover curso de FORMAÇÃO SINDICAL visando o desenvolvimento de novas lideranças, sendo possível a parcerias com outros Sindicatos do Estado e participação de cursos de formação da Federação (Fenajud).

Veja mais informações na página
 Compromisso, União e Luta

facebook.com/compromissouniaoeluta

